

ORIGEM E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVEMBRO, SP

Fátima Rotundo da Silveira, Armando Pereira Antonio, Marília Coelho, José Caetano da Silva, Bernardo Mancano Fernandez, Jaime de Oliveira Gomes y João Lima Sant'Anna Neto

Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Campus de Presidente Prudente

1. Origen – Histórico

O “Projeto de Valorização das Terras do Pontal do Paranapanema: Gleba XV de Novembro”, foi implantado pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1984, para assentar 483 famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

Entretanto, a Gleba XV de Novembro teve sua origem em um movimento social organizado por trabalhadores rurais que lutaram contra a monopolização social organização de terras devolutas, apropriadas indevidamente por grileiros e latifundiários pecuaristas. Avançando na análise pose-se afirmar como portadores de direitos Sociais, Cíveis e Políticos e através dos conflitos, revelaram que esse movimento social era uma luta pelo direitos á terra, quem nela trabalha.

As lutas no Pontal do Paranapanema, pelos trabalhadores rurais sem-terra se deram, portanto, pela vinculação orgânica do trabalhador á terra. Para esses trabalhadores “terra e trabalho mesclam em seu modo de ser, viver, multiplicar-se e continuar gerações futuras (Ianni 1985-28); e a ocupação, resistência, permanência, expulsão, acampamento e nova ocupação foram, são e serão os momentos desses movimentos sociais rurais”.



Deve-se ressaltar que a questão jurídica das terras no Pontal do Paranapanema é atingida, desde o início dos anos sessenta, mas o conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra e latifundiários com mais ênfase ressurgiram nos anos setenta.

A eclosão dos conflitos está muito ligada a questão dos contratos de arrendamento e parceria.

Observou-se que após o término destes contratos nas fazendas da região, muitos trabalhadores rurais decidiram permanecer nas mesmas, estimulados

pela existência da disputa dessas terras entre Estado e Fazendeiros. Os fazendeiros faziam ameaças de morte e destruíram as lavouras e as casas dos trabalhadores rurais; as liminares judiciais com despejos eram também uma constante na região.

Os confrontos não ocorrem naquele momento, porque foram amenizados devido a aplicação de investimentos públicos que acabaram desmobilizando os trabalhadores rurais.

O início da construção de três Usinas Hidrelétricas e de três usinas de Álcool na região absorveram milhares de trabalhadores- cerca de 30 000 e, entre esses, muitos camponeses que estavam em conflito com os latifundiários graileros. Isto também serviu para aliviar a tensão.

Nos anos oitenta, 1982/83, ocorre uma desaceleração das obras das três Usinas Hidrelétricas e inicia-se a demissão de milhares de trabalhadores.

Parte desses trabalhadores, somando aos trabalhadores demitidos da Usina Alcídia, pois eram assalariados temporários, recusaram-se a buscar nas novas fronteiras a tentativa de se reproduzirem como trabalhadores, e começaram a ocupar as terras devolutas do Pontal do Paranapema.

O primeiro momento dessa ocupação, que se transformou num movimento social, se deu no dia 15 de novembro de 1983, quando um grupo de trezentos e cinquenta trabalhadores ocuparam duas Fazendas, a Tucano e a Rosanela, ambas localizadas no município de Teodoro Sampaio.

Esses trabalhadores rurais foram despejados no dia 21 de novembro de 1983, por determinação do Juiz da Comarca de Teodoro Sampaio, assim a uma ação judicial impretada pelos supostos proprietários dos latifúndios citados.

Ressalta-se, também, que a convência da Justiça com as irregularidades de posse foi uma constante na ocupação de terras devolutadas do Pontal do Paranapanema.

Quando da ocupação das Fazendas Tucano e Rossanela pelos trabalhadores rurais, o Juiz de Teodoro Sampaio legitimou a ocupação. Entretanto, a Instancia Jurídica de São Paulo, devido a pressão dos latifundiários e dos políticos ligados a estes, decidiu o contrário, aprovando a liminar de despejo e, o Juiz da referida imediatamente as petições que foram feitas pelos advogados dos latifundiários.

As forças policiais encarregadas de apoiar o cumprimento das ações de despejos das referidas fazendas, não tiveram muito trabalho, pois os trabalhadores rurais saíram pacificamente das terras e formaram dois acampamentos junto as margens da Rodovia SP 613, a 40 quilômetros da sede do Município de Teodoro Sampaio, defronte às fazendas Tucano/ Rossanela.

Esses acampamentos dos Sem- Terra, “15 e 16 de novembro”, com quatrocentos e quarenta e seis famílias, mais de Duas Mil e Quinhentas pessoas, passaram a ser concretização do movimentos social; seus componentes afirmaram que só saíram daquele local após receber nacas terras do governo.

Entre os trabalhadores acampados, cerca de 46.50% eram desempregados das obras das empreiteiras da CESP, (Camargo Correia, C. B. P. O.e Mendes Junior) e de outras empresas subempreiteiras; 37.50% eram trabalhadores temporários, despedidos da Destilaria de Álcool Alcídia e, 16, 0.0% eram de Ilhéus e Ribeirinhos, posseiros, parceiros e arrendatários desabrigados da última enchente do Rio Paranapanema, 1983, e que estavam temporariamente abrigados nos centros comunitários e albergues dos Distritos de Rossana e de Euclides da Cunha Paulista ambos no município de Teodoro Sampaiao.

O segundo momento do movimento sociais se deu nas formas e organização dos Acampamentos 15 e 16 de novembro. Dividindo-se em comissões, formaram grupos de trabalho, mutirão para a construção de barrancas de moradia, para armazenar gêneros de primeira necessidade, para toar refeições, e para reuniões religiosas e escolares. Formaram ainda grupos de trabalho de: segurança, saúde, alimentação, educação e imprensa.

Os acampamentos possuíam também os grupos que se encarnavam de buscar apoio e levar reivindicações justo aos órgãos dos governos Estadual e municipais e junto às comunidades regionais.

A intensa mobilização dos trabalhadores rurais Sem- Terra conseguiu sensibilizar várias Secretárias de Estado, (Saúde, Assistência Social, Trabalho Educação e Agricultura): conseguiu cestas básicas junto á Defesa Civil; conseguiu água potável junto a CESP e apoio dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Comunidades Religiosas, Partidos Políticos e Prefeituras que repassavam as doações das comunidades regionais.

Todos trabalhadores rurais sem- terra, acampados, tinham consciência da situação a que estavam submetidos, mas tinham a clareza de que, o assistencialismo e a dependência aos órgãos Estaduais, eram necessários para manter juntas, unidas e mobilizadas, as 446 famílias do campamentos.

Nos meses de julho e agosto de 1984, os 446 trabalhadores rurais e seus famílias foram transferidos e assentados numa área de 13 310 hectares. Esta área, desapropriada para utilidade pública, pelo governo Paulista, no município de Teodoro Sampaiao, possibilitou e implantação do projeto de valorização das terras do Pontal: Gleba XV de Novembro e o fim do segundo momento do movimento social rural.

O terceiro momento do movimento Social da Gleba XV de Novembro se deu quando ocorreram as formas de organização da produção nos lotes rurais, após a divisão da gleba, em lotes para a lavoura e em lotes para a pecuária, foram elaborados os critérios de seleção dos beneficiários e o sorteio dos lotes,

bem como a localização dos cinco citares de equipamento e serviços, Agrovilas.

Foram criadas 23 associações- grupos de trabalho , absorvendo 164 famílias que passaram a explorar a terra de várias formas: coletiva, mutirão, troca de dias, e eram formados principalmente, pelos laços de parentesco familiares e por grupos de vizinhanças. Os demais beneficiários trabalham, individualmente, em suas unidades de produção.

Os 13 310 hectares da área total do Projeto Gleba XV de Novembro foram assim subdivididos: a) 8 000 hectares de terras para lavouras temporárias e perenes com lotes variando entre 15 a 18 ha., beneficiando 417 famílias; b) 2 000 hectares de terras para pecuária leiteira como lotes de 40 ha., beneficiando 23 famílias. Foram reservados 70 lotes para futura expansão, mas atualmente já estão ocupados com pecuária leiteira; c) 3 000 hectares destinados para reservas florestais, com áreas de Preservação, Recuperação Florestal e matas nativas e áreas para silvicultura, com eucaliptos.

Duas áreas de recuperação florestal, R5 e R7 com aproximadamente 500 hectares, estão ocupadas com trezentas famílias, em caráter emergencial, que foram transferidas de um outro acampamento de trabalhadores rurais sem-terra, que estava localizando na Rodovia SP- 613- trevo rodoviário de Euclides da Cunha Paulista.

Em resumo, foram estas as etapas vencidas pelos assetados, na busca de um pedaço de chão.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

Alguns aspectos foram levados em conta na análise e caracterização dos assentados como:

2.1. Origem

É bastante significativa a presença de nordestinos nos assentamentos, cerca de 46% dos chefes de família vieram do nordeste, sendo que 11.3% são de Bahia, 11.11% de Pernambuco, 8.1% de Alagoas, 7.2% de Sergipe e 6.9% do Ceará, a seguir vem a região Sudeste, 35%, sendo que 24.9% são do Estado de São Paulo. Principalmente da região de Presidente Prudente, e 12% de Minas Gerais, no município de Teodoro Sampaio onde se localiza o assentamento.

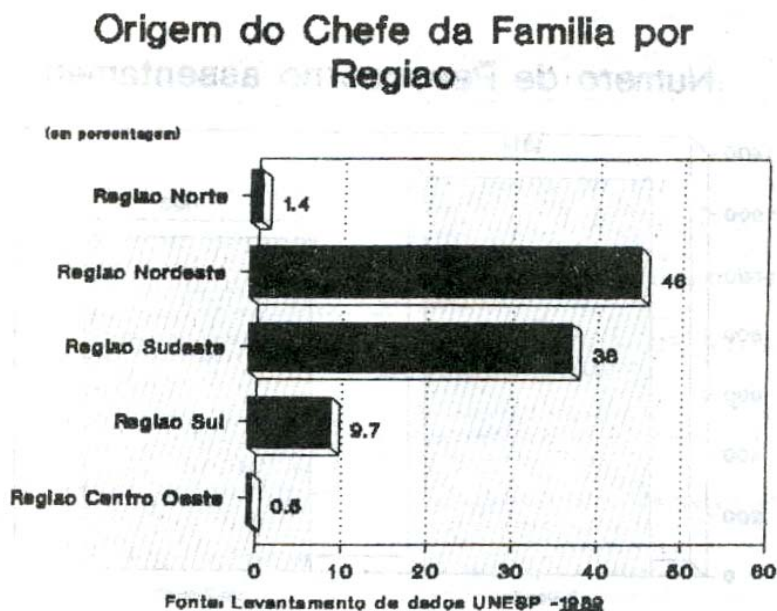
Quanto as demais regiões a porcentagem é menor conforme pode-se constatar no gráfico que se segue:

A respeito da origem das mães, 42.2% são da região Sudeste, sendo 35.6% do Estado de São Paulo, 7.4% de Minas Gerais 30.6% da região nordeste, de onde 6.9% da Bahia, 6.7% de Pernambuco, 6.2% de Alagoas, 5.3% do Ceará e 5.3% de Sergipe. As demais procedem de outras regiões brasileiras.

Levando-se em consideração que imigração é motivada principalmente pela atração que certas áreas mais capitalizadas, que oferecem melhores condições de vida e trabalho, exercem sobre populações residentes em áreas, onde as perspectivas de sobrevivência tornam-se impossíveis.

A migração de certa maneira vem aliviar as tensões econômicas e sociais de regiões como Nordeste.

A migração é constante na vida da maior parte destes retirantes. Isto ocorre porque, nem sempre, as áreas para onde estas populações se deslocam, vem preencher suas expectativas, daí o deslocamento constante de um grande contingente de população, pelo território brasileiro.



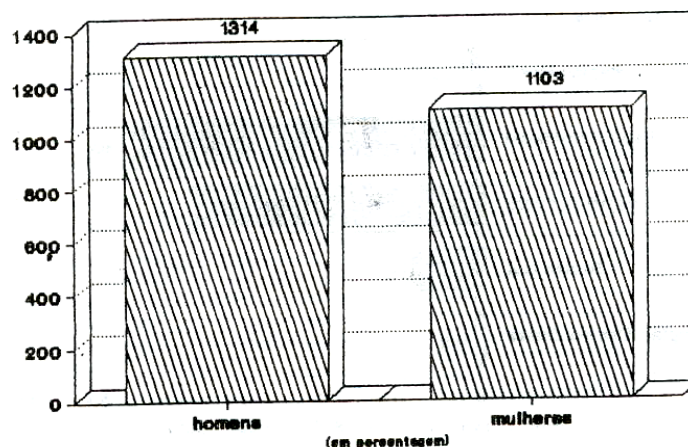
Nas sucessivas migrações ocorridas ao longo de sua vida, o migrante é um ser em constante processo de ressocialização, cada nova mudança é indício de novas frustrações acumuladas mas também, de novas esperanças. Pela trajetória de vida dos assentados, este processo foi uma constante, até o momento em que se fixaram no assentamento.

Desta maneira, ao tentarmos compreender a luta pela terra, dos trabalhadores rurais residentes na área em estudo, estes aspectos devem ser analisados. Em luta em grande parte poder ser vista como o último caminho a ser utilizado, isto é, o enfrentamento com uma sociedade que, sucessivas vezes, lhes negou um espaço.

A presença de um contingente relativo, ente expressivo de pessoas procedentes de uma mesma localidade revela que a iteração foi em grupos, pois "trabalhador rural quando se desloca ele vai com conhecidos ou á procura de conhecidos, que sabe estar em tal ou qual lugar. Os lugares que ele conhece são aqueles que fazem parte da experiência passada de sua comunidade e são as relações pessoais que servem de ponto de apoio á movimentação espacial" (Durham Eunice, 1973, 137).

Desta maneira, o migrante nem sempre é um indivíduo isolado. Quando ele se movimenta, o faz junto a um grupo.

Numero de Pessoas no assentamento



Fonte: Levantamento de dados UNESP -1988

A presença de um expressivo contingente de pessoas originárias do estado de São Paulo, particularmente da região da Alta Sorocabana, ao lado de nordestinos e pessoas procedentes de outras regiões do país reforçam a perspectiva de acesso á terra nesta região.

2.3. População

Este assentamento possui cerca de 2 417 pessoas, segundo os dados levantados, sendo 1314 e 1103 mulheres.

2.4. Idade

No que se refere á faixa etária, ela se echa assim distribuída.

Estes dados de mostram que a porcentagem de crianças em idade pré- escolar é baixa, cerca de 16%, enquanto em idade escolar, esta porcentagem atinge 26%. Além destes dados constatamos que cerca de 32% das famílias entrevistadas aumentou depois da vinda para o assentamento.

A maior parte das pessoas residentes no assentamento, isto é, 55%, possuem entre 15 e 60 anos, estão dentro da faixa de idade produtiva, indício de que não há falta de mão-de-obra.

ANOS	N° de pessoas	%
0-3	206	8.5
4-6	181	7.5
7-14	632	26.0
15-18	272	12.0
19-30	411	17.0
31-45	357	15.0
40-60	268	11.0

+60	80	3.0
TOTAL	2417	100
Fonte: Unesp, 1989		

3. A FAMÍLIA NO ASSENTAMENTO

É grande o número de assentados que residem com a família no assentamento, cerca de 91.5%. isto se dá pelo fato da força de trabalho familiar se de grande importância para o camponês.

Cerca de 37.4% dos assentados possuem filhos que moram fora do assentamento e destes 24% recebem salário urbano. A busca de complementação da renda nas famílias, fora do assentamento, é uma constante, pois o rendimento nele conseguindo não é suficiente para a sobrevivência da mesma.

Elas também não são muitos numerosos, sendo que 14% possuem um filho, 46.5% de 2 a 5 filhos, 19.2% a 7 filhos, 5% mais de 7 e o restante não possuem ou não responderam.

Quanto às mudanças, referentes ao tamanho da família, 16.7% disseram que ela diminuiu, depois que fixaram residencial no assentamento, isto em parte pode ser explicado pelo fato de no momento da visão dos lotes, muitas famílias terem se dividido para conseguirem mais um lote, 49% disseram que ele ficou igual e 32% que ela aumentou.

Estes dados demonstram que poucas pessoas deixaram o assentamento. Dentre aqueles que saíram, os fatores apontados como responsáveis foram: a busca de melhores condições, não se acostumaram, a quantidade de terras era pouca para família.

3.1. Local de residência

A maior parte das famílias residem nos próprios lotes, cerca de 97%, apenas duas residem na agrovila e cinco fora do assentamento. A presença da família no lote, além de facilitar o deslocamento diário e criação de animais para o consumo e o cultivo de produtos de subsistência, além da fiscalização do lote.

É tendência crescente nos assentamentos as famílias deixaram as agrovilas para remedirem no próprio lote.

3.2. Sexo

Quanto ao sexo, 47.8% das famílias possuem de 2 a 3 homens, quanto às mulheres, cerca de 55.5% das famílias possuem de uma a duas mulheres, sendo a média de três homens e duas mulheres por família.

4. TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ASSENTADOS

É bastante expressiva a presença de ex assalariados no assentamento Gleba XV de Novembro.

Por ocasião da implantação do projeto, cerca de 60% eram assalariados, sendo: 35.2% assalariados rurais temporários, 9.2% assalariados rurais permanentes, 9.2% assalariados urbanos permanentes e 6.4% urbanos temporários.

Deve-se acrescentar que além destes 4.8% dos entrevistados se designaram trabalhadores urbanos autônomos, o que eleva o índice para 64.8%.

Somente 18% disseram que eram trabalhadoras rurais autônomas, ou seja, parceiros, posseiros.

Estes dados são de grande importância, pois sabemos que o assalariado é aquele trabalhador rural que, além de ter perdido a terra, já não detém o controle de todo o processo produtivo, daí a necessidade de se adaptarem é nova condição de vida, uma vez que esta dado pressupõe que muitos já não possuem os conhecimentos técnicos necessários para “tocar” um estabelecimento agrícola.

Por outro lado, esta ausência de conhecimentos anteriores pode facilitar e implantação do novos produtos, de novas técnicas agrícolas.

A presença de um grande número de ex assalariados é indício de que muitos já tinham morados na cidade, pois o aumento do assalariado no campo, a partir da década de 60, foi acompanhando de um intenso êxodo rural, muitos trabalhadores passaram a trabalhar no campo e a morar na periferia das cidades.

Para sobreviverem em na cidade, frente aos mecanismo complexos que tiveram de ajustar-se, comerciaram a vincular-se a grupos de lhes de eram um apoio como: sindicatos, associações, igrejas, partidos políticos.

Este fato foi constatado na pesquisa pois acerca de 38.8% dos assentados mantém vínculo com estes grupos externos ao assentamento.

Embora sejam em grande quantidade ex assalariados, quando indagados a respeito de já terem em alguma fase de sua vida acesso á terra, 74.5% disseram que sim e 23.9% que não.

Isto demonstra que esta população em sua trajetória de vida foi sendo expropriada ao longo do tempo.

Entre àqueles que disseram que haviam tido acesso á terra, 50% tinham sido arrendatários, 7.8% parceiros, 4.1% posseiros, 2.1% proprietários sem escritura, isto é, posseiros e 4.1% proprietários com escritura.

O arrendamento ocorre principalmente quando os proprietários não querem arcar com as despesas de produção. Nesta região ele ocorre em função de

atividade criatória pois as terras dadas em arrendamento, tem que ser desenvolvidas com os pastos formados. Esta foi a forma adotada pelos pecuaristas para se livrarem deste encargo.

Entre os trabalhadores rurais que tiveram acesso à terra, em sua maioria forma pequenos produtores, arrendando ou possuindo cerca de 1 a 20 hectares.

As causas apontadas como responsáveis: pela perda da terra para o banco pois não conseguiram pagar os empréstimos bancários, outros foram expulsos por grileiros, alguns não tiveram o contrato de arrendamento renovado. Estes dados vem demonstrar a vida de incertezas a que se sujeitou esta população.

Desta maneira, a volta e a luta pela terra é a resposta dada às precárias condições de vida e de trabalho que se submeteram na cidade, mas também é explicada pela ligação do homem do campo à terra, ligação está “que transcende a questão da propriedade da terra. Ela possui na verdade uma conotação cultural, que responde pelo ciclo de vida do camponês” (COELHO, 1991), o que uma leitura puramente economicista não consegue ver e entender.

Com bem lembra Otávio Ianni, em “A Utopia Camponesa”, “A relação do camponês com a terra, Põe em causa também a sua vida espiritual; a noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e o da colheita, o trabalho de alguns e o multirão, e festa o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva; são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com sua terra, lugar” (IANNI, 1986).

A leitura acima é bastante sugestiva para se pensar a volta à terra, não somente como uma alternativa de lugar para a reprodução e sobrevivência, ou simplesmente uma volta ao passado, a busca de um tempo perdido, “mas como a perspectiva de redefinir ou recriar situações anteriormente vividas sob a mira do tempo presente” (COELHO, 1991).

Cabe aqui ainda uma observação de Eunice Durham, quando a autora mostra que o camponês, mesmo adaptado à vida citadina, não perde de vista sua identidade cultural anterior (DURHAM, 1973).

Desta forma, pode-se entender, também os vínculos de sociabilidade construídos a partir do assentamento.

Muito embora os dados tenham apontado uma certa apatia com relação ao lazer e práticas culturais nos assentamentos, esses mesmos dados aparecem insuficientes para uma análise mais profunda desses aspectos.

A organização de festas, tanto como as comemorações religiosas, tem participação de 53% dos entrevistados. Esse resultado poderia, no entanto, se apontado como ponto de partida para uma análise que contempla também, a questão da construção da identidade do grupo.

Ainda, levando-se em conta que 80% dos assentados já se conheceram em situações anteriores, o dado acima é expressivo e significativo, se pensarmos no processamento das experiências vividas, que se canalizam para a construção de uma nova identidade, a partir do exame da realidade atual vivida pelos agentes sociais.

A questão da identidade aí então se explicaria dentro de um parâmetro delimitado de relações.

Ela é permeada pela experiência vivida de muitas outras relações que não se circunscrevem no âmbito das relações pessoais, que se dão no espaço único da comunidade.

A construção da identidade, assim como a imaginário são técnicas que exigem um mergulho mais profundo no trabalho de campo, para que possa resgatar a retórica que alimenta seus projetos de vida e perspectivas.

BIBLIOGRAFIA

01. ANTONIO, Armando Pereira. "O movimento sócio e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo estado: Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990, tese de doutoramento. São Paulo, FFCL- USP, 1990".
02. COELHO, Marília. Bairro dos Machado, entre o sonho e a realidade, dissertação de mestrado. FFCL- USP, 1991.
03. DURHAN, Eunice. O caminho da cidade, série debates, Editora Perspectiva, SP, 1973.
04. IANNI, Octavio. Revolução camponesa na América Latina. Icone-UNICAMP, Campus São Paulo, 1985.
05. A Utopia Camponesa, In: Revista da Universidade de São Paulo, Agosto 1986, n 2.
06. MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário, Editorai Lemane Pioneira, São Paulo, 1976.
07. Caminhando no chão da noite. Emancipação Política e libertação nos movimentos sociais no campo. Editora Hucitec, Sao Paulo, 1989.
08. Não há terra para plantar neste verão, editora Vozes, 2da edição, 1989.
09. SILVEIRA, Fátima Rotundo de A. recriação capitalista do campesino do. Tese de Doutoramento, Sao Paulo, FFCL da USP, 1990 (mimeografiado).